

Ex.^{mo} Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba,

Ex.^{mo} Senhor Alto Comissário para as Migrações, Pedro Calado,

Ex.^{ma} Senhora Presidente do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE),
Paula Guimarães,

Ex.^{mas} Senhoras e Senhores Deputados da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação,

Senhoras e Senhores:

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação da Assembleia da República e eu próprio, a título pessoal, damos as boas vindas a Vossas Excelências e sublinhamos a honra que é para nós receber esta iniciativa, pelo alto significado cívico, social e democrático de que se reveste, além de que nos apraz registar que o Projecto de Mentores, depois de inicialmente lançado e tendo produzido já os seus resultados, agora se estende para alcançar novas metas.

A vossa escolha em lançar esta nova etapa do Projecto de Mentores na Assembleia da República requer que nos coloquemos não como simples espectadores de um evento alheio mas, sim, como participantes ativos.

Apercebemo-nos de que a razão profunda desta iniciativa se distancia das categorias economicistas e ultrapassa os quadros sectoriais da intervenção política. É, de facto, a «razão humana» destas actividades que lhes dá sentido, de modo a possibilitar a realização dos interesses da pessoa no seu contexto de cidadania e de existência cívica para a consolidação do bem comum social. Em resumo, a razão profunda desta iniciativa identifica-se com uma ética política, económica e cívica caracterizada pela responsabilidade que temos uns pelos outros como seres sociais.

Apenas como brevíssimas notas de contexto olhemos para algumas questões actuais dos migrantes com base numa perspectiva geográfica e económica global.

Numa ocasião anterior o Senhor Secretário de Estado sublinhou «a disposição dos portugueses para o voluntariado», facto que caracteriza a história de Portugal, antiga e recente e que leva a que iniciativas como a que hoje acolhemos sejam encaradas não como um episódio ou como um início totalmente novo, mas como uma actuação concreta de uma vertente identitária do povo português, rumo este a que não se devem colocar limites, sob pena de correremos riscos que são

conhecidos de todos. Tal poderia acontecer se do ponto de vista político a iniciativa fosse partidarizada, se do ponto de vista económico ela fosse transformada em mero rótulo publicitário ou se do ponto de vista cívico deixasse de estar atenta, em primeiro lugar, às necessidades das pessoas.

Os testemunhos recolhidos na primeira fase deste Projeto mostram exigências profundas de continuidade, a necessidade de adaptação dos prazos e aspectos de novidade e de relação interpessoal quase inesperados. Tal facto resulta da real colocação da dignidade da pessoa no seu contexto familiar como centro da iniciativa.

Devemos reconhecer que, passada que foi a urgência do acolhimento de cidadãos provenientes dos países emergentes lusófonos após a revolução do 25 de Abril e um período recente mais favorável em que Portugal foi procurado como lugar de fixação de migrantes, no momento actual há uma perda quer de migrantes quer de cidadãos jovens nascidos em Portugal.

Ao nível europeu a pressão de fronteiras aumentou em Itália e Espanha (com perspectivas de continuidade e até de crescimento futuro), colocando-nos, sobretudo em razão da situação geográfica, numa situação quase diametralmente oposta.

Numa ou noutra situação a regulação dos fluxos migratórios é um desafio constante e exigente. E, repito, em nosso entender ela não deve ser encarada com critérios simplesmente economicistas, mas como um autêntico problema humano. Talvez tenha sido este (o economicismo consumista) o erro do continente europeu, auto-conduzido à paradoxal condição em que se encontra: a da necessidade de renovação demográfica e a dificuldade económica de absorção de novas populações.

Por outro lado, a regulação dos fluxos migratórios tem vindo a incorporar novos factores de ponderação relacionados com a segurança comum dos cidadãos, como é o caso dos alertas sobre terrorismo e a atenção a questões de saúde pública.

Num relatório da Organização Internacional para as Migrações de 2010, Portugal é reconhecido internacionalmente como um país exemplar nas políticas de imigração.

Este Projecto representa uma antecipação de opções responsáveis, geradoras de um acréscimo social positivo, através de uma combinação próxima de competências, que não está à espera das condições ideais, mas que é capaz de criar condições melhores que as existentes.

Insistimos neste ponto: este Projecto apresenta-se como um projecto que dignifica a política e a economia porque dignifica as pessoas.

Como Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação dou por isso este meu pequeno contributo: o de animar mediante o reconhecimento da qualidade do Projecto e o de vislumbrar desde já um bom resultado, dados os pressupostos éticos e sociais que, estando na base da sua actividade, estão na sua génese e por isso constituem um firme e forte suporte.

No contexto de uma economia globalizada e determinada pela perda de contacto com os recursos naturais de produção e de economia local, pela experiência da erradicação do próprio país, e elevadas taxas de desemprego, o Projecto Mentores poderá reagir em sentido contrário, aproximando distâncias, desenvolvendo potencialidades e produzindo bem estar através do trabalho.

No contexto de uma sociedade de dependência, quer devido à falta de oportunidades quer devido à falta de iniciativa, o Projecto Mentores configura-se como catalisador de uma e de outras, levando a uma síntese que caracteriza a dignidade humana pessoal e social: a relação entre um direito fundamental e o mérito individual.

No contexto de assimetrias sociais em correspondência directa com a falta de oportunidades já referida, as características desta iniciativa fazem dela um forte factor de coesão do tecido social, que, como sabemos, é um dos sinais de um autêntico desenvolvimento humano.

A vossa vontade de que este lançamento do Projecto para uma nova fase de expansão se realizasse na Assembleia da República sublinha o facto de que hoje, nesta Sala, as várias entidades não se encontram para um evento formal. Trata-se, pelo contrário, de optar por um modelo de desenvolvimento que tenha em conta as realidades regionais e por um modelo económico que, embora consciente das dinâmicas macroeconómicas, aproxima as pessoas entre si e os migrantes em relação às comunidades locais.

Felicitemos o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania e todas as empresas associadas pela incorporação da responsabilidade social no desenvolvimento do seu próprio conceito empresarial. Auguramos que a persistência dos intervenientes na diversidade do seu peso específico (agentes económicos, responsáveis políticos, pares de Projecto), superando eventuais dificuldades, contribua no terreno para um consistente desenvolvimento regional.

A dignidade humana (do ponto de vista social) passa pelo exercício de uma actividade laboral (através da qual se colabora para o bem comum e na qual o ser humano se realiza), pelo

acesso à educação, à saúde e ao exercício dos direitos individuais e cívicos, e pela possibilidade de viver numa habitação condigna.

Mas todos estes elementos de qualificação de uma sociedade livre e democrática estão por sua vez ao serviço do núcleo familiar que, sendo uma vertente da existência humana de grande valor para a realização pessoal, tem ainda maior importância no caso dos migrantes. Parece-nos poder afirmar que o aumento massivo da mobilidade humana tem vindo a acentuar a importância e a procura da estabilidade familiar e do reagrupamento familiar. Por este motivo seja-nos permitida a ousadia de sublinhar a relevância da Área 4 do Projecto (Parentalidade e reagrupamento familiar: apoio para encontrar uma escola, discutir as várias opções; criação de condições para a chegada de familiares) não só como um sector de intervenção paralela, mas como atenção transversal a todas as situações.

Das três principais condições humanas — a dos idosos, a das mulheres e a das crianças em relação à família e à sociedade em geral, sobre as quais tem vindo a ser crescentemente positiva a intervenção das autoridades públicas (nos planos legislativo, executivo e judicial) sobre a realidade familiar — privilegiamos aqui as crianças (em termos de relação familiar: os filhos). Fazemo-lo por acreditarmos que este Projecto comporta uma mais-valia social, de tipo preventivo, a favor de uma necessária densidade sociológica do agregado familiar. Todos sabemos, até pelo senso comum, da prevalência dos vínculos familiares sobre as condições sociais, nomeadamente de pobreza. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos já se tem pronunciado especificamente sobre esta matéria e em defesa do artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sublinhando que «O papel das autoridades de protecção social é ajudar as pessoas em dificuldades» e evitar que os filhos possam ser retirados aos pais por situações de carência económica». Por outras palavras, os direitos de família prevalecem sobre os direitos de classificação económica e parece-nos que o Projecto Migrantes terá aí a dizer uma palavra eficaz.

Em conclusão passo a citar o testemunho de uma mentora que evidencia a potencialidade do Projecto por uma sociedade mais humana:

«Para se ser mentor não basta ter boa vontade e querer ajudar alguém, sobretudo esta população de imigrantes. São culturas diferentes, visões diferentes, ambições diferentes. É necessária perseverança e, sobretudo, acreditar que pequenas ações e palavras certas na hora certa podem contribuir para o sucesso deste programa.»

Que a vossa persistência possa ampliar o que a vossa vontade alcançou.